

RESENHA

FIORI, Neide Almeida, coord. Acesso ao ensino superior; articulação entre ensino superior e ensino de 2º grau. Florianópolis, UFSC/INEP, 1980. 2 v.

Diante do fenômeno da democratização da sociedade brasileira, o problema da seletividade do sistema escolar não poderia "ficar imune ao questionamento próprio de qualquer abordagem científica da realidade". Nessa linha de preocupação, o presente trabalho foi desenvolvido tendo como objeto de estudo o aspecto da integração entre vários níveis de ensino, privilegiando a análise da articulação entre o ensino de 2º grau e superior, onde é focalizado o concurso vestibular como um fator de seleção dos candidatos ao ensino de 3º grau.

Organizado em dois volumes, o trabalho apresenta, inicialmente, uma análise do problema numa perspectiva histórica, abrangendo uma revisão bibliográfica de documentos e de legislação. Em seguida, a questão em estudo é abordada enfocando, sobretudo, o ensino de 1º grau, seus problemas de evasão-repetência — fenômeno que caracteriza a seletividade do sistema educacional em todos os seus níveis. Ainda no primeiro volume, o problema da integração do ensino de 1º e 2º graus é analisado baseando-se em levantamentos de dados referentes ao Estado de Santa Catarina.

Aí é abordada a situação anterior e a decorrente da implantação da Lei nº 5.692/71, onde a autora analisa o 1º Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (1970), que implantou a escolarização elementar de "oito anos de ensino obrigatório e articulado, e introduziu o sistema de avaliação escolar denominado 'avanço progressivo'".

Quanto ao ensino médio, cuja implantação sofreu seus percalços, optou-se pela sua profissionalização.

Em 1974, a Secretaria de Educação do Estado criou o Teste Classificatório para os candidatos ao ensino de 2º grau em escolas públicas estaduais.

Outro aspecto estudado neste 1º volume refere-se à expansão do ensino de 1º e 2º graus, sendo que este último cresceu acentuadamente

no período de 1956-1970, provavelmente numa tentativa de ajustar-se às necessidades do modelo econômico e às aspirações da classe média.

O segundo volume cuidou mais especificamente da análise da integração do ensino de 2º e 3º graus.

Alguns pressupostos e observações conduziram o trabalho quanto aos procedimentos usados para efetivar o estudo sobre o exame vestibular como fator de articulação entre o ensino de 2º grau e o ensino superior.

Assim, a autora faz, inicialmente, uma distinção entre avaliação segundo "Critérios", onde o ponto de referência seriam os objetivos e os conteúdos, e a avaliação segundo "Norma", quando o critério passa a ser a comparação do desempenho do indivíduo em relação ao grupo. Esta é a posição adotada, na realização do exame vestibular, pelas instituições de ensino superior no Estado de Santa Catarina e objeto de estudo do trabalho.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à validação das questões do exame analisado (UFSC E ACAFE, 1978). Foi feita através da aplicação dos índices de discriminação e de dificuldade, cujo referencial teórico adotado baseou-se nos trabalhos de Henry Garret, Samuel Levine e Freéman Elzey.

Em decorrência do fato da demanda de candidatos ser superior ao número de vagas, a universidade tem adotado o procedimento de adequar o vestibular às características do ensino superior e não às do 2º grau (Núcleo Comum), conforme dispositivo legal. Dessa forma, "os estabelecimentos de ensino superior têm de fato, na avaliação efetuada em seus concursos vestibulares, se distanciado de preocupações de integração com o ensino de 2º grau".

Além disso, considerado como "gargalo do sistema educacional" o concurso vestibular, "pela força que exerce, em razão da importância que assume na vida do nosso jovem, condiciona e desvirtua o ensino de 2º e até do 1º grau" que, afastando-se de suas finalidades próprias, passam a organizar-se em função do preparo para aquele exame.

Colocadas essas observações de caráter geral, a autora passa à análise específica do exame vestibular em Santa Catarina.

A expansão do ensino superior nesse Estado ocorreu, sobretudo, a partir da década de 60. Data dessa época (1961) a criação da Univer-

sidade Federal de Santa Catarina — UFSC. Nos anos 70 verifica-se a expansão desse nível de ensino no interior do Estado, “organizado sob a forma de fundações municipais (e uma fundação estadual)”.

A partir de 1974, as 18 instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina reuniram-se formando a Associação Catarinense das Fundações Educacionais — ACAFE. Organizada a Associação, iniciou-se a prática da realização do vestibular único que, nos anos de 1977 e de 1978, foi totalmente unificado a nível estadual.

O resultado desse vestibular unificado revelou uma diferença significativa do desempenho dos alunos da UFSC para os da ACAFE. O padrão de desempenho varia conforme a área de conhecimento e o grau de “competição pela entrada” nos diversos cursos. Assim, o concurso vestibular, como procedimento classificatório, sofre a influência da oferta e da demanda de vagas.

Continuada a análise, a autora restringiu o estudo da situação aqueles alunos que concluíram o 2º grau em Santa Catarina (sem frequência a cursinho), pois o objetivo da pesquisa era estudar articulação entre o ensino superior e o ensino de 2º grau naquele Estado. O índice de aprovação desses alunos foi mínimo (8,3%) e “a maior concentração de vestibulandos deu-se na área de Ciências Humanas e Sociais”. Constatou-se também que esses educandos eram egressos de um ensino de 2º grau organizado conforme as diretrizes da Lei nº 5.692/71.

O pressuposto de que o nível qualitativo do ensino é mais elevado nas maiores escolas públicas não pode ser confirmado.

No que diz respeito à dicotomia entre ensino público e ensino particular, a autora faz uma breve retrospectiva histórica analisando as diferentes fases de organização do sistema educacional brasileiro, desde o início, com a vinda dos jesuítas para o Brasil, passando pela expulsão desses e a instituição do regime de aulas régias pelo Marquês de Pombal, a expansão da iniciativa particular durante o Império, a separação de Igreja e Estado com a Proclamação da República, a origem do movimento da escola nova inspirada da ideologia liberal, etc., até os nossos dias, quando, segundo Dermeval Saviani, a contraposição entre a concepção de ensino público e a particular, que caracterizou a realidade da década de 50, cede lugar a uma nova dicotomia: ensino de elite e educação popular.

“... O ensino de 1º e 2º graus público se articula com o ensino privado em nível superior e, em contrapartida, o ensino de 1º e 2º graus privado se articula com o ensino público em nível superior. Com efeito, os membros das elites são preparados, via de regra, em algumas poucas e caras escolas particulares para, com ou sem auxílio dos cursinhos, conquistarem as poucas e disputadas vagas das universidades oficiais. Aqueles, porém, que não integram as elites (...) freqüentam os cursos de 1º e 2º graus públicos” *

Mais uma vez a autora recorre à análise histórica para melhor situar a questão do ensino supletivo versus ensino regular. Assim, retoma a origem do sistema educacional quando analisa o ensino seriado e focaliza os exames parcelados, a criação do exame de madureza com a Reforma Benjamin Constant, a origem do exame vestibular (1911), a organização sistemática do ensino seriado e a presença simultânea do exame de madureza nas reformas Francisco de Campos (1931). Gustavo Capanema (1942), LDBEN (1961), até a criação do Ensino Supletivo pela Lei 5.692/71, que permanece como uma forma de equalizar as oportunidades educacionais oferecidas para aqueles que não tiveram chance de freqüentar uma escola na idade regular. Portanto, ele surge também como “uma manifestação da seletividade do ensino brasileiro”, já que foi a rede particular que assumiu, na maior parte, essa modalidade de ensino, oferecendo, portanto, “ensino pago predominante às classes menos favorecidas”. Em seguida, a autora analisa a situação do ensino supletivo no Estado de Santa Catarina.

Finalmente, são apresentadas as oito hipóteses que nortearam a pesquisa e os resultados alcançados confirmando ou não as mesmas.

Publicada originalmente que nº 3, ano 1, fev. 1982, de *Em Aberto*, órgão de divulgação técnica do Ministério da Educação e Cultura (circulação interna). A publicação neste número foi devidamente autorizada pelo MEC.